

A cobertura sobre saúde no Jornal Nacional: avaliação de qualidade a partir do critério relevância¹

Josenildo Luiz Guerra²

Maria Sol Silva³

Resumo

O texto apresenta uma avaliação experimental da agenda jornalística sobre saúde proposta pelo Jornal Nacional, da TV Globo, com base no requisito relevância. A metodologia usada é a do Guia da Agenda Jornalística. Os temas da área são estruturados na Matriz de Relevância, com aplicação de fatores de relevância atribuídos por duas agendas, a política e a pública. Os fatores sugerem a relevância dos assuntos e recomendam metas para a produção de notícias (Índice de Resolução Semântica de Referência), proporcional à sua relevância. A qualidade será medida comparando-se a produção real de notícias por tema/subtema do JN em 2017 com os valores de referência da Matriz de Cobertura. Constatou-se que a cobertura do JN foi insuficiente, porque não atingiu as metas do padrão de qualidade proposto pela pesquisa. Como a avaliação é experimental, os resultados não são conclusivos, mas oferecem pistas para aperfeiçoar a cobertura jornalística, a produção e o processo de avaliação de qualidade testado.

Palavras-chave: Jornalismo. Qualidade. Relevância.

¹ O presente artigo é derivado da dissertação de mestrado de Maria Sol Silva (SILVA, 2019), defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A metodologia empregada tanto na dissertação como no artigo é resultante do trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia (Quailjor), coordenado pelo prof. Josenildo Luiz Guerra, orientador da dissertação.

² Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com atuação no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM). Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos em Jornalismo (Lejor), no qual coordena o Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo (Qualijor). Membro da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoi).

³ Jornalista formada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da mesma instituição.

The Jornal Nacional's coverage on health: a quality assessment based on criterion relevance

Abstract

This paper is an experimental assessment of the health agenda for the Jornal Nacional, a television news program aired by TV Globo. This assessment is based on criterion relevance. The applied methodology is the Journalistic Agenda Guide. The different themes of the area are structured into the Relevance Matrix, which applies the relevance factors of two agendas: political and public. These factors suggest the relevance of the subjects and recommend goals for news production (Reference Semantic Resolution Index) consistent to their relevance. The quality is measured by comparing real JN news production from 2017 according to theme/subtheme, with reference values from the Coverage Matrix. We found the coverage from the JN to be insufficient as it did not reach the standards of quality proposed by this study. As this evaluation is experimental, the results are therefore not conclusive, but they do offer some insights into improving journalistic coverage, its production, and the quality assessment process applied.

Keywords: Journalism. Quality. Relevance.

2

Introdução

O artigo propõe uma avaliação experimental de qualidade do requisito relevância na agenda do tema saúde proposta pelo *Jornal Nacional*, telejornal de maior audiência do país. É experimental pois seus parâmetros são projeções com fins analíticos para testar a concepção geral da avaliação de qualidade a partir do Guia da Agenda Jornalística (GAJ), no contexto de uma proposta de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ) (GUERRA, 2016a).

Qualidade é definida nos termos da norma ABNT ISO BR 9000 (2015, p. 21-22)⁴ como o grau no qual um conjunto de características de um objeto satisfaz a requisitos, em que requisitos são expectativas ou necessidades expressas pelas partes interessadas. Os fundamentos do conceito são aplicáveis a todas as organizações, independentemente do

⁴ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é responsável no Brasil pelas normas ISO 9000 de qualidade da Organização Internacional de Padronização (ISO).

seu tamanho, complexidade ou modelo de negócios (ABNT ISO BR 9000:2105)⁵. Há um conjunto de partes interessadas no ecossistema jornalístico capaz de influir na percepção de relevância que um jornal opera sobre os fatos. Para esta experiência, entretanto, serão utilizadas duas, o estado e a sociedade civil, denominadas como agendas política e pública, respectivamente.

A proposta do guia é oferecer parâmetros que proporcionem decisões editoriais com base em dados para definir a composição da agenda noticiosa de um veículo. O guia se torna uma ferramenta de gestão editorial (tanto para orientar a produção quanto para avaliar a qualidade de seus resultados) a fim de estabelecer diretrizes de cobertura, a partir do Fator de Relevância Jornalística (FRJ) obtido junto a agendas monitoradas. As decisões dos jornalistas estariam vinculadas a parâmetros, que poderiam se tornar públicos seja para fins de demonstração dos critérios editoriais empregados seja para permitir a fiscalização por parte da audiência, da sociedade e das demais partes interessadas no noticiário⁶.

O princípio básico do guia consiste em correlacionar a relevância das rubricas de cobertura (saúde, educação, política, etc.), seus temas e subtemas, medida pelo indicador Fator de Relevância Jornalística de Referência (FRJ-R) com os dados da cobertura real produzida pelo veículo avaliado. Os temas e subtemas, com seus respectivos fatores de relevância, se tornam os requisitos de qualidade. A cobertura do veículo será de qualidade na medida que a proporção de notícias produzidas sobre os temas corresponda a seus fatores de relevância recomendados pelas agendas. Em tese, temas mais relevantes deveriam receber maior atenção noticiosa e vice-versa.

O artigo está dividido em quatro movimentos, que apresentam: 1) o referencial teórico metodológico que fundamenta o Guia da Agenda Jornalística; 2) um breve panorama sobre a saúde pública no Brasil, que estrutura a montagem da Matriz de Relevância; 3) a metodologia da avaliação de qualidade proposta; e, 4) os resultados e sua discussão.

⁵ Esse tipo de abordagem da qualidade se dá, especialmente no contexto das áreas de administração e engenharia de produção, nas quais tradicionalmente se desenvolvem os estudos voltados à avaliação da gestão, dos processos e dos produtos, com foco na inovação e na melhoria de desempenho (cf.: CHIAVENATO, 2007; SLACK, CHAMBERS, JOHNSTON, 2007; CARVALHO, PALADINI, 2005). Para os estudos em jornalismo, essa abordagem é especialmente adequada para a modalidade de pesquisa aplicada, conforme desenvolvida pelos autores neste e em outros trabalhos de sua autoria.

⁶ Especialmente, sobre os instrumentos de fiscalização da atividade jornalística, internos e externos às organizações jornalísticas, ver Paulino (2009); Fengler et al. (2014); Rothberg, Garrido (2019) e Guerra (2020).

A escolha do Jornal Nacional se deve à sua importância no cenário do jornalismo no país. Na Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira, realizada pelo Ibope, 34% dos entrevistados informaram assistir o Jornal Nacional, 1º lugar na listagem de telejornais. Desde a sua fundação, 1º de setembro de 1969, consolidou-se como um ator importante “para a reflexão sobre as relações entre história, mídia e sociedade no Brasil” (COUTINHO, 2008, p. 1). Pertencente às Organizações Globo, o JN se define como “o principal telejornal da TV Globo” cuja atribuição é fazer a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo (MEMÓRIA GLOBO, 2020). Ao longo de sua história, alimentou inúmeras polêmicas, que tornam seu legado bastante controverso em relação ao serviço jornalístico que presta à sociedade brasileira.

Dos fundamentos teóricos-metodológicos

Do ponto de vista metodológico, a investigação aqui realizada se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada e experimental. A Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ) visa a articulação de um “conjunto de elementos teóricos e metodológicos voltados para compreender o fazer jornalístico e intervir nele de modo cientificamente orientado” (GUERRA, 2016a, 202). Nesse sentido, o problema que caracteriza o objetivo aplicado desta pesquisa é como 1) avaliar a qualidade da cobertura jornalística com base no critério relevância e 2) desenvolver instrumentos capazes de orientar os jornalistas e empresas a tomar decisões dessa natureza, lastreados em parâmetros transparentes e objetivos, que possam ser monitorados pela audiência e a sociedade. O caráter experimental se configura pela fase de testes, que visa a validar procedimentos e identificar fragilidades da solução proposta, até se atingir um grau adequado de confiabilidade.

Conforme essa metodologia⁷ (GUERRA, 2016a e 2016b), o critério de relevância é uma das responsabilidades (Princípio Finalidade) de um modelo de jornalismo, o

⁷ “A metodologia de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ) aqui proposta se articula em torno de dois princípios: o Princípio Finalidade e o Princípio Complementaridade. O Princípio Finalidade sistematiza os papéis que a instituição jornalística se propõe ou é solicitada a cumprir na sociedade, mediante acordos e convenções estabelecidos socialmente que lhe atribuem um conjunto de responsabilidades. O Princípio Complementaridade determina o respeito a eixos que, embora se refiram a questões de diferentes e específicas naturezas, juntam-se numa particular configuração para dar sentido e efetividade ao Princípio Finalidade, quando considerada a prática do jornalismo” (GUERRA, 2016a, 2002).

praticado no contexto ético-político das sociedades democráticas contemporâneas. E no trato desta questão, três eixos, dos seis previstos no âmbito do Princípio Complementaridade (teoria, ética, técnica, processos, tecnologia e sustentabilidade), são transversalmente considerados neste estudo. O eixo teoria, na apresentação dos fundamentos conceituais que sustentam a avaliação e a gestão de qualidade proposta, apresentados na sequência. Os eixos técnica e processos, nos tópicos “Matriz de Relevância” e “A cobertura de saúde no JN”, operacionalizam os procedimentos para a qualidade editorial, de modo alinhado ao referencial teórico que os estrutura. É essa articulação entre as responsabilidades propostas no Princípio Finalidade com os eixos do Princípio Complementaridade que constitui o fundamento metodológico da nossa proposta de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ).

A noção de Relevância Jornalística (RJ) na qual se baseia este artigo é a de Sperber e Wilson (1995, p. 122), para quem a relevância da informação está relacionada à capacidade que tem de provocar algum tipo de efeito em quem recebe a informação. No jornalismo, esse efeito começa pela captura da atenção dos membros da audiência pela notícia. A relevância está associada a competências prévias da audiência que geram expectativas de informação em relação a suas demandas, que são de duas ordens: privada, relativa a preferências particulares que expressam uma demanda espontânea de conteúdo; e pública, relativa a demandas sobre direitos e deveres dos cidadãos em sociedades democráticas, formalmente compartilhados por todos (GUERRA, 2008; FEITOZA, 2016).

“Formalmente” porque os diferentes elementos da formação social, educacional, econômica e cultural, entre outros fatores, não provocam apenas percepções diferenciadas sobre direitos e deveres em voga. Afetam a formação da competência cognitiva requerida para interpretar a complexa engenharia institucional que implementa a gestão política e as políticas públicas do Estado. Ao contrário das demandas de ordem privada que os indivíduos adquirem pela sua própria experiência de vida, as de ordem pública requerem diferentes níveis de aprendizado para o domínio básico de sua racionalidade e estrutura de funcionamento.

Esse conjunto de demandas constitui as agendas dos diversos segmentos sociais, que disputam publicamente visibilidade capaz de gerar um efeito de agendamento sobre as demais, através da presença midiática (MCCOMBS, 2009). Cada veículo opera em

negociação constante com pelo menos quatro agendas: a da sua audiência, com demandas específicas do contrato direto que tem com o veículo; a pública, promovida pelos atores da sociedade civil com capital político para aglutinar posições e torná-las influentes; a política, pelas instituições responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas, que envolve as conexões entre o Executivo e o Parlamento; e dos outros veículos jornalísticos, cujas agendas próprias alimentam expectativas recíprocas nos demais, embora cada qual busque produzir seus conteúdos exclusivos. Há um jogo de mútuas influências (TRAQUINA, 2001, p. 25), que aponta para a necessidade de se avaliar, caso a caso, como ocorre e em que proporção o efeito de agendamento entre elas.

O foco, neste trabalho, são as demandas da audiência de ordem pública, promovidas especialmente pelas agendas política e pública. A primeira é constituída pelas propostas decorrentes de processos negociados entre o Executivo e o Legislativo, com vistas à aprovação e implementação de políticas públicas. A segunda, pelas manifestações resultantes dos diversos grupos da sociedade civil empenhados em influir na agenda política e por consequência nas políticas públicas.

Imbricada a essas duas, está a agenda midiática. Como relevância é definida a partir das demandas da audiência, aqui especialmente, das expectativas de ordem pública, o papel da imprensa seria em alguma medida pautar os temas em ebulição naquelas agendas, tanto para dar visibilidade a eles, que pleiteiam se tornar políticas públicas, quanto para monitorar seus desdobramentos, exercendo sua função de *accountability* dos poderes públicos constituídos.

Do ponto de vista técnico, surge a questão que motiva a presente análise: como tomar decisões editoriais baseada em dados para compor a agenda midiática, a fim de evitar escolhas arbitrárias, passíveis de questionamento por falta de parâmetros claros? É com tal objetivo, de servirem como elementos balizadores dos processos de tomada de decisão editorial, que são aplicados os Fatores de Relevância Jornalística (FRJ) e o Índice de Resolução Semântica (IRS).

O FRJ expressa a relevância percebida pelas agendas. Quanto maior o FRJ, maior a relevância sugerida para o tema e, conseqüentemente, maior o apelo pelo seu agendamento. O FRJ é um indicador obtido junto às agendas monitoradas. Neste trabalho experimental, são exploradas duas agendas que expressam, com elevado nível de elaboração, as suas expectativas. São formadas por atores cuja competência cognitiva

interpreta ou opera os “sistemas peritos” (GIDDENS, 1991, p. 87ss) da área de saúde com racionalidade técnica, política, gerencial, econômica, entre outros parâmetros afins.

O conceito de Resolução Semântica (RS) (FIDALGO, 2004) tem como princípio a correlação entre a relevância do tema e a quantidade de notícias produzida sobre ele. “Dependendo da importância e do interesse do acontecimento relatado, as notícias aumentarão em número e em detalhe, permitindo desse modo uma visão mais em pormenor do acontecimento” (FIDALGO, 2004, s/p). Quanto mais notícias se produzirem sobre um acontecimento, maior tende a ser sua Resolução Semântica (RS).

Os conceitos de Relevância Jornalística (RJ) e de Resolução Semântica (RS) estabelecem uma relação de dependência entre si. Quanto mais relevantes os fatos, cresce a exigência de maior resolução semântica, e vice-versa, numa relação direta de proporcionalidade entre ambas. O Guia da Agenda Jornalística (GAJ), baseado neste princípio, propõe um método de seleção e planejamento da cobertura. Para seu funcionamento, entretanto, é essencial o domínio da área temática de cobertura, que norteará a elaboração da Matriz de Relevância, instrumento básico de sua operação.

Saúde como política pública

7

Existem dois conceitos principais de saúde. O primeiro, uma visão holística, contempla as subjetividades dos indivíduos. Adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), define saúde como “o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças” (EPSTEIN, 2011). A segunda, da economia da saúde, é a “ausência de doenças”. Opera o conceito “encargos da doença”, que permite identificar e controlar prioridades, alocar recursos para pesquisa, desenvolvimento e intervenções na saúde pública levando em conta o seu custo-benefício (MURRAY; LOPEZ apud EPSTEIN, 2011, p. 135).

A segunda visão é mais útil à gestão da saúde pública. Ao abordar as condições de saúde, visa as circunstâncias que se apresentam de forma mais ou menos persistente na saúde das pessoas e que exigem respostas dos sistemas de atenção, dos profissionais e das pessoas usuárias (MENDES, 2018, p. 432). Essas condições são percebidas, por exemplo, através dos perfis de morbidade e de mortalidade, de dados sobre a utilização de serviços, de estudos epidemiológicos, entre outros indicadores (LIMA-COSTA et al., 2003, p. 736).

Os avanços da medicina, como o desenvolvimento de antibióticos e vacinas, e o investimento governamental, por meio das políticas de imunização e vacinação, foram os principais aliados para controlar as doenças infecciosas e reduzir gradualmente as taxas de mortalidade, ao longo e a partir da década de 1950. Segundo o IBGE (2017), a expectativa de vida dos brasileiros na década de 40 era de 45,5 anos. Em 2017, subiu para 76 (LAURENTI et al., 2001; MENDES, 2018).

Se as principais causas de morte até então eram as doenças infecciosas (por vírus, bactérias, fungos, parasitas), como a tuberculose e a varíola, a partir da segunda metade do Século XX passaram a predominar as doenças crônicas degenerativas (causadas por stress, drogas, álcool, tabagismo, gorduras, açúcares, sedentarismo), como a diabetes, as doenças cardiovasculares, os tumores e as doenças neuropsiquiátricas. Segundo Mendes (2018, p. 432), no contexto atual, 85% da carga de doenças do Brasil são crônicas, algumas das quais apontadas pela Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2013) como as principais causas de morte no Brasil: doenças cardiovasculares (31,3%), câncer (16,2%), doenças respiratórias crônicas (5,8%) e o diabetes *mellitus* (5,2%). Todas causadas por hábitos alimentares e estilos de vida não saudáveis, com tratamento de alto custo para o SUS.

Para Laurenti et al. (2001, p. 46), o risco da mudança do perfil epidemiológico para a prevalência das doenças crônicas é o acúmulo de doentes na população, sobretudo com o crescimento do número de idosos. O SUS não acompanha as necessidades desse novo perfil na mesma velocidade em que ele se desenvolve. “Como consequência, uma situação de saúde do século XXI, com predominância relativa de condições crônicas, está sendo respondida socialmente por um modelo de atenção à saúde desenvolvido na primeira metade do século XX” (MENDES, 2018, p. 432).

As mudanças no perfil epidemiológico também são acompanhadas por transformações no perfil demográfico. Apesar do aumento expressivo esperado para a população idosa em 2020, os adultos ainda constituem a maior parcela populacional. No entanto, com o envelhecimento dos indivíduos adultos e a manutenção de baixas taxas de natalidade, os censos de 2030, 2040, 2050 e 2060 tendem a constatar que a maioria dos brasileiros seja de idosos.

Mendes (2018, p. 434) afirma que a saída para o enfrentamento das condições crônicas reside na estruturação de redes de atenção básica, secundária e terciária, de modo que sejam ofertadas, equilibradamente, ações promocionais, preventivas, curativas,

reabilitadoras e paliativas, com cuidado multiprofissional e interdisciplinar. Segundo o autor, o investimento na estruturação das redes de atenção melhora os resultados sanitários nas condições crônicas de saúde, diminui as referências a especialistas e a hospitais, aumenta a eficiência dos sistemas de atenção à saúde e a satisfação das pessoas usuárias e diminui os custos do sistema.

O maior desafio para a estruturação das redes de atenção do SUS e para o enfrentamento das doenças crônicas está em qualificar a atenção primária (Mendes, 2018). “Pesquisas realizadas no SUS mostraram que a atenção primária à saúde bem qualificada resolve de 90% até 95% dos problemas que chegam a este nível de atenção” (MENDES, 2018, p. 434).

As condições e indicadores de saúde apresentados, ainda que de modo generalista, revelam potenciais demandas de informação que precisam ser discutidas com o conjunto da sociedade. A promoção desse debate público é tarefa do jornalismo, atividade cuja atribuição histórica é atender ao interesse público, servindo de intermediário entre fatos relevantes e sociedade (FRANCISCATO, 2005; KOVACK, ROSENSTIEL, 2001; MCQUAIL, 2013), princípio que se aplica igualmente à área da saúde (EPSTEIN, 2011, p. 139ss). Neste artigo, o objetivo é avaliar em que medida o JN propõe uma agenda em seu noticiário que dê conta dessas importantes questões.

Para proceder tal análise, foi necessário estruturar a área de saúde, a partir de temas e subtemas que explorem os problemas e desafios que o Brasil tem, conforme o quadro descrito. A discussão que segue visa sistematizar o relato descritivo apresentado, com o objetivo de estruturar a ferramenta de análise, a Matriz de Relevância.

A Matriz de Relevância

Para compor a Matriz de Relevância, ao cenário compreensivo abordado no tópico anterior, foram juntados três documentos públicos: O Plano Plurianual 2016-2019 (BRASIL, 2015), o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2016-2019 (BRASIL, 2016a) e a Programação Anual de Saúde (PAS) 2017 (BRASIL, 2016b). O primeiro foi instituído pela Lei nº 13.249/2016, em que são estabelecidos os objetivos e prioridades para a gestão governamental a cada quatro anos. Em consonância com ele, são elaborados os outros dois documentos, o Plano Nacional de Saúde, que orienta a implementação de todas as iniciativas de gestão no Sistema Único de Saúde (SUS), e a Programação Anual de

Saúde (PAS), que “tem por objetivo operacionalizar as intenções quadrienais expressas no Plano Nacional de Saúde (PNS)”.

Com base em tais referências, foi montada a estrutura básica da Matriz de Relevância, visualizada nas tabelas 2 e 3.

O passo seguinte foi a atribuição de pesos, relativo ao Fator de Relevância Jornalística (FRJ) para cada tema e subtema, por meio de uma escala de e 0 a 5, onde:

- 5: Alta relevância
- 4: Média alta
- 3: média
- 2: média baixa
- 1: baixa
- 0: irrelevante

A atribuição dos fatores de relevância foi feita a partir das agendas monitoradas para a pesquisa. Para a Agenda Política, foram realizadas pesquisas nos três documentos usados para o próprio levantamento dos temas e subtemas: Plano Plurianual 2016-2019, o Plano Nacional de Saúde e a Programação Anual de Saúde 2017. A atribuição do fator de relevância se baseou na previsão orçamentária, conforme informado na Tabela 1.

10

Tabela 1 – Relação entre faixa orçamentária (valores previstos no orçamento federal) e Fator de Relevância Jornalística (FRJ) atribuído pela Agenda Governamental

Previsão Orçamentária	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)
A partir de R\$ 13 bilhões	5 – Alta relevância
De R\$ 6 a R\$ 12 bilhões	4 – Média Alta Relevância
De R\$ 500 milhões a R\$ 5 bilhões	3 – Média Relevância
De R\$ 100 a R\$ 499 milhões	2 – Média Baixa Relevância
De R\$ 100 mil a R4 99 milhões	1 – Baixa Relevância
Abaixo de R\$ 100 mil	Irrelevante

Fonte: Plano Plurianual 2016-2019

Outros indicadores poderiam ter sido usados na ponderação do Fator de Relevância Jornalística (FRJ), como a população e região atendidas. Mas, conforme já destacado, o objetivo da pesquisa foi testar o desenho geral da metodologia. O melhor

método para a definição do FRJ para a Agenda Política deverá ser objeto de trabalhos futuros.

Os fatores da Agenda Pública foram atribuídos por dois especialistas convidados da área de saúde⁸: Ligia Maria Vieira da Silva, docente do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia e ex-Secretária de Saúde do Município de Camaçari, na Bahia; e Roberto dos Santos Lacerda, docente do Departamento de Educação em Saúde da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e membro do Movimento Popular de Saúde de Sergipe. A ambos foi solicitado que atribuíssem os fatores de relevância aos temas e subtemas, conforme sua importância, a partir de sua vivência, expertise e compreensão dos problemas da área.

Na Tabela 2, é possível perceber que há forte correlação entre os fatores de relevância atribuídos pelas diferentes agendas. Na Agenda Pública, os dois especialistas divergem um ponto na atribuição dos pesos em apenas três temas, e concordam em 5. Quando se comparam a Agenda Política e a média da Agenda Pública (dos dois especialistas), igualmente se percebe forte correlação entre elas: só divergem um ponto em dois temas.

⁸ Os autores agradecem aos professores Ligia Maria Vieira da Silva (Instituto de Saúde Coletiva/UFBA) e Roberto dos Santos Lacerda (Departamento de Educação em Saúde/UFS), pela contribuição à pesquisa. Eles participaram com a atribuição dos pesos (os fatores de relevância) aos temas e subtemas da Matriz de Relevância da Agenda Pública, o que não representa, contudo, necessária concordância com todos pressupostos teóricos e conceituais empregados na construção da matriz.

Tabela 2 – Fatores de Relevância de Referência aplicados aos temas, por agenda e média⁹

TEMA	Fator de Relevância (FR-R)				
	Agenda Governamental (AG)	Agenda Pública (AP)			Média AG+AP
		Esp1	Esp2	Média AP	
Gestão e Estrutura de Atenção à Saúde	5	5	4	4,5	5
Promoção e Prevenção	5	5	5	5	5
Tratamento e Reabilitação	4	4	4	4	4
Ocorrências	3	3	3	3	3
Doenças Negligenciadas	3	3	4	3,5	3
Doenças e agravos por grupos populacionais	5	5	4	4,5	5
Principais causa morte de brasileiros e brasileiras	3	4	4	4	4
Doenças ocupacionais	2	3	3	3	3
Somatório	30	32	31	31,5	31

Fonte: Elaboração própria

Os fatores de relevância de cada subtema podem ser visualizados na Tabela 3. Na análise da Agenda Pública, dos 42 subtemas, os dois especialistas atribuíram o mesmo Fator de Relevância a 34; divergiram um ponto em seis subtemas e, apenas em dois, mais de um ponto. Na comparação entre a Agenda Política e Pública, houve concordância total em quinze subtemas dos 42; concordância com variação de 0,5 ponto em cinco; em 14 situações houve divergência de 1,0 e, em apenas oito situações, a divergência foi maior que um ponto. A não correlação pode indicar falta de sintonia entre as políticas públicas da Agenda Governamental e as demandas da Agenda Pública.

⁹ Nas Tabelas 2 e 3, para o Fator de Relevância de Referência resultante da média da Agenda Pública com a Agenda Governamental (Média AG+AP) foi aplicado o arredondamento na primeira casa decimal (para a casa decimal ≥ 5 , arredondou-se para o número interior maior).

Tabela 3 – Fatores de Relevância de Referência aplicados aos subtemas, por agenda média

TEMA	SUBTEMA	Fator de Relevância (FR)				
		Agenda Governamental (AG)	Agenda Pública (AP)			FR Médio AP+AG
			Esp. 1	Esp. 2	Média AP	
Gestão e Estrutura de Atenção à Saúde	Financiamento	5	5	3	4	5
	Políticas de saúde	5	5	4	4,5	5
	Recursos físicos, tecnológicos e humanos	5	4	4	4	5
	Outros	4	2	5	3,5	4
Promoção e Prevenção	Determinantes Biológicos	4	4	4	4	4
	Determinantes Ambientais, Socioeconômicos e Demográficos	5	5	5	5	5
	Determinantes comportamentais	5	4	4	4	5
	Imunização, vacinação, exames preventivos	5	4	4	4	5
	Outros	4	1	1	1	3
Tratamento e Reabilitação	Acesso e desenvolvimento de medicamentos, terapias e procedimentos cirúrgicos	4	3	2	2,5	3
	Práticas Integrativas e Complementares	1	5	4	4,5	3
	Cuidados paliativos	1	2	2	2	2
	Outros	2	1	1	1	2
Ocorrências	Casos e/ou suspeitas de surtos e/ou epidemias ou ocorrências relacionadas	3	3	3	3	3
Doenças Negligenciadas	Malária	3	3	2	2,5	3
	Doença de Chagas	1	2	2	2	2
	Dengue	2	3	3	3	3
	Esquistossomose	1	3	3	3	2
	Hanseníase	3	3	3	3	3
	Tuberculose	3	3	3	3	3
	Leishmaniose	1	2	2	2	2
	Outros	1	1	1	1	1
Doenças e agravos por grupos populacionais	Saúde LGBTT	5	5	5	5	5
	Saúde população negra e indígena	5	5	5	5	5
	Saúde da mulher	5	5	5	5	5
	Saúde do homem	3	5	5	5	4
	Saúde intrauterina e infantil	5	5	5	5	5
	Saúde do adolescente	5	5	5	5	5
	Saúde do idoso	5	5	5	5	5
	Outros	4	5	5	5	5

Principais causa morte de brasileiros e brasileiras	Cardiovasculares	5	5	5	5	5
	Câncer	5	5	4	4,5	5
	Respiratórias crônicas (bronquite)	5	2	2	2	4
	Diabetes	5	4	3	3,5	4
	Causas externas (homicídios e acidentes)	5	5	5	5	5
	Outros	4	2	2	2	3
Doenças ocupacionais	“Problemas de coluna” - dorsalgia	1	2	2	2	2
	Lesões por esforços repetitivo	1	2	2	2	2
	Transtornos auditivos	1	2	2	2	2
	Depressão/ansiedade - transtornos mentais	5	5	4	4,5	5
	Transtornos nas articulações	1	2	2	2	2
	Outros	1	1	1	1	1
SOMATÓRIO	140	144	145	139	142	143

A cobertura de saúde no JN: metodologia, resultados e discussão

Para analisar a correlação das agendas política e pública com a agenda do Jornal Nacional, foi necessário ter disponível, além dos fatores de relevância, o Indicador de Produtividade Jornalística (IProd), que expressa a capacidade de produção de notícias pela organização avaliada. Através do Fator de Relevância Jornalística de Referência (FRJ-R) será indicado o Índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R), que constitui uma meta a ser alcançada pelo veículo para os temas e subtemas, que deve considerar obviamente a capacidade produtiva do jornal.

O telejornal produziu, em 2017, cerca de 5211 notícias, média de 434 por mês. Para este trabalho, adotou-se a classificação de Brandi (2017), que estruturou o conteúdo do JN em 12 rubricas de conteúdo (ver Tabela 4). Considerando essa tipologia, o IProd mensal por rubrica seria 36. Ou seja, o JN teria capacidade estimada de produzir 36 notícias por rubrica/mês. Mas, as rubricas têm diferença de relevância entre si. Saúde não tem a mesma relevância que religião, por exemplo.

Para definir o IProd da rubrica saúde, foram atribuídos fatores de relevância para as doze rubricas de conteúdo operadas pelo JN. Como não há fontes precisas que pudessem oferecer parâmetros para o dimensionamento dos fatores de relevância das

rubricas, foi buscada uma fonte capaz de oferecer referências e correlação parciais: a pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira - Problemas e Prioridades*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (2018), divulgada em janeiro de 2018. As principais preocupações de brasileiros em 2017, segundo essa pesquisa, foram (entre parênteses, a rubrica atribuída ao JN): 1º. Desemprego (Economia); 2º. Corrupção (Política); 3º. Saúde (Saúde); 4º. Segurança Pública/Violência (Segurança); 5º. Qualidade na Educação (Educação); 6º. Custo de vida/preços/controlado da inflação (Economia); 7º. Drogas (Saúde/Segurança); 8º. Pobreza/Fome/Miséria (Economia). Todas as rubricas do JN associadas aos problemas apontados na pesquisa foram consideradas de alta relevância, e receberam peso 4 (ver Tabela 4). As demais rubricas tiveram seus fatores de relevância definidos pelos autores, através de comparação com os pesos das rubricas derivados da pesquisa de referência, e gerou uma atribuição livre, a fim de completar os dados necessários à simulação pretendida para o teste da metodologia.

Os números foram incluídos na fórmula do Guia da Agenda Jornalística (GUERRA, 2016) para calcular o Índice de Resolução Semântica (IRS) de cada rubrica conforme seu Fator de Relevância. A equação abaixo demonstra o cálculo feito para a rubrica saúde:

$$\begin{aligned}
 \text{IRS-R} &= [(IProd \times FRJ-R) \div \sum FRJ-R] \times \text{número de rubricas} \\
 44 &= [(36 \times 4) \div 39] \times 12
 \end{aligned}$$

Onde:

IRS-R – Índice de Resolução Semântica de Referência para cada tema

IProd (tema) – Indicador de Produtividade Jornalística por tema

FRJ-R – Fator de Relevância Jornalística de Referência para cada tema

$\sum FRJ$ – somatório dos fatores de Relevância Jornalística

No. Temas/Rubricas – número de temas/rubricas a receberem cobertura

Essa mesma fórmula será usada nas tabelas 6 e 7, aplicando-se o Fator de Relevância dos temas e subtemas da Matriz de Relevância para definir seus respectivos índices de Resolução Semântica de Referência (IRS-R).

O IRS-R de saúde foi 44, ou seja, com base na capacidade produtiva do JN, e com base no fator de relevância da área da saúde, recomenda-se 44 notícias/mês sobre saúde. Os dados do IRS-R das 12 rubricas estão na Tabela 4. Importante: o IRS-R aponta quantitativos de referência, para os quais devem ser respeitadas margens de tolerância, devido à dinâmica do trabalho jornalístico. Jamais deve ser considerado como meta

absoluta, sem a devida contextualização e ponderação de variáveis pertinentes, não desenvolvidas nesse experimento em razão do objetivo delimitado.

Tabela 4 – Fator de Relevância e Índice de Resolução Semântica por editoria - mensal

Editorias	Fator de Relevância*	IProd médio por rubrica	IRS-R
Política	4	36	44
Economia	4	36	44
Ciência & Tecnologia	3	36	33
Cultura	4	36	44
Educação	4	36	44
Saúde	4	36	44
Esporte	2	36	22
Justiça	3	36	33
Segurança	4	36	44
Trânsito	3	36	33
Religião	1	36	11
Meio Ambiente	3	36	33
SOMATÓRIO	39	432	432

* Com base no *ranking* dos temas apontados como mais relevantes pela pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira-Problemas e Prioridades (CNI, 2018) e adaptações feitas pelos autores.

Fonte: Elaboração própria.

Anualmente, a meta de notícias da área de saúde seria de 528 (44 vezes 12 meses). Esse valor passa a ser considerado não apenas a meta a ser alcançada, como IRS-R para o tema saúde, mas também o *Iprod Ponderado de Referência*, a capacidade presumida de produção do veículo para os temas e subtemas, em virtude da sua relevância, por um lado, e da capacidade de produção da equipe do telejornal, por outro. Com base nesse valor, será possível definir também o Iprod por tema e subtema.

Na Matriz de Cobertura, constam 8 temas e 42 subtemas. Ao dividir o valor recomendado de notícias de saúde por ano, 528, pelo número de temas (8), resultariam em 66 notícias (*Iprod médio anual por tema*) por ano. A divisão de 528 (recomendação de notícias sobre saúde em um ano) pelo número de subtemas (42), resulta em 12,6 notícias por ano (*Iprod médio anual por subtema*).

Com a aplicação do Fator de Relevância Jornalística de Referência (FRJ-R) por tema e subtema sobre o Iprod médio anual de ambos será possível chegar ao índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R) de cada um. Os números de referência são comparados aos apurados, que representam os números reais de notícias produzidas pelo JN. Nas tabelas 5, 6 e 7, na coluna do IRS-Referência estão as metas de notícias, com base nos FRJ-Referência estipulados pelas agendas monitoradas. Inversamente, na Coluna do IRS-Apurado estão os números reais de notícias do JN, a partir dos quais será evidenciado o peso efetivamente dado pelo JN a cada tema/subtema, o FRJ-Apurado. A diferença entre elas demonstra a distância entre o desejado, expresso pelos valores de referência, e o real, expresso pelos valores apurados.

Na Tabela 5, está o primeiro diagnóstico sobre a qualidade da cobertura do JN. Em 2017, o JN produziu 12 matérias mensais sobre saúde, valor do seu IRS-Apurado, totalizando 141 anual (a conta não é exata em função dos arredondamentos). Mas, se fosse considerado o Fator de Relevância Jornalística de Referência, o total de notícias mensais sobre saúde deveria ser 44/mês e 528/ano (Índice de Resolução Semântica de Referência).

Isso significa que o JN sub-representou o assunto em sua agenda, pois dedicou à rubrica saúde um quarto do espaço (25%) que deveria ter sido ocupado. Com o IRS-Apurado de 12 notícias por mês, o FRJ-Apurado, aplicado efetivamente pelo JN, foi 1 contra 4 do FRJ-Referência. Para entrar na faixa do desejável, com pelo menos 70% do IRS-Referência, o número de matérias (IRS-A) deveria ter chegado a 30/mês (70% de 44).

Tabela 5 – Comparativo de IRS e FR de Referência e Apurado para a rubrica saúde

Rubrica	Fator de Relevância Jornalística		Índice de Resolução Semântica	
	De Referência	Apurado	De Referência	Apurado
Saúde	4	1	44	12
Desejável	Variação máxima de 30% para mais ou menos em relação ao valor de Referência.			
Tende à saturação	Variação maior do que 30% do valor de Referência (até o limite de 3x deste valor).			
Tende à retração	Variação maior do que 30% para menos em relação ao valor de Referência (e acima de 10%).			
Forte saturação	Indica cobertura 3 vezes maior do que o valor de Referência.			
Forte Retração	Menor do que 10% em relação ao valor de Referência ou invisibilidade total (quando em zero).			

Na Tabela 6, como consequência dos dados da Tabela 5, todos os temas estão abaixo dos FRJ-Referência e IRS-Referência. Em seis, a cobertura tende à retração, e em dois temas, à invisibilidade. Nenhum dos temas atingiu, portanto, uma cobertura desejável, até o limite de 30% para mais ou para menos dos valores de referência, a margem de tolerância usada pelo padrão da pesquisa.

Tabela 6- Agenda Governamental e Pública x Agenda do JN sobre temas em saúde abordados em 2017

Temas	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)		Índice de Resolução Semântica (IRS)	
	De Referência	Apurado	De Referência	Apurado
Gestão e Estrutura de Atenção à Saúde	5	1,0	82,5	17
Promoção e Prevenção	5	2,3	82,5	38
Tratamento e Reabilitação	4	1,2	66,0	20
Ocorrências	3	1,8	49,5	29
Doenças Negligenciadas	3	0,1	49,5	1
Doenças e agravos por grupos populacionais	5	1,3	82,5	21
Principais causas morte de brasileiros(as)	4	0,7	66,0	12
Doenças Ocupacionais	3	0,2	49,5	3
Somatório	32	8,5	528,0	141
Desejável	Variação máxima de 30% para mais ou menos em relação ao valor de Referência.			
Tende à saturação	Variação maior do que 30% do valor de Referência (até o limite de 3x deste valor).			
Tende à retração	Variação maior do que 30% para menos em relação ao valor de Referência (e acima de 10%).			
Forte saturação	Indica cobertura 3 vezes maior do que o valor de Referência.			
Forte Retração	Menor do que 10% em relação ao valor de Referência ou invisibilidade total (quando zero).			

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 7, dos 42 temas, apenas um atingiu a faixa do desejável, “Imunização, vacinação, exames preventivos, ações de prevenção”. O IRS-Referência, meta de notícias a ser atingida, foi de 17,4, enquanto o IRS-Apurado foi 19, dentro da margem de 30% para mais ou menos em relação ao valor de referência. O FRJ-Apurado, 5,5, foi maior do que o FRJ-Referência, 5,0, igualmente dentro da margem.

Esse subtema está fortemente associado a um dos dois subtemas cuja cobertura tendeu à saturação, “Casos e/ou suspeitas de surtos e/ou epidemias ou ocorrências relacionadas”. Ambos estão associados a campanhas e à sazonalidade das ocorrências de surtos e epidemias, uma vez que condições de temperatura e chuvas levam ao crescimento de casos em determinadas épocas do ano. Esse subtema foi abordado em 29 notícias (IRS-Apurado), contra uma estimativa de 10,4 (IRS-Referência), próximo da

faixa de forte saturação (3 vezes mais que o valor de referência, que seria 31,2). O FRJ-Referência foi 3, já o FRJ-Apurado, peso efetivo dado ao tema pelo JN, foi de 8,3.

O subtema “Acesso e desenvolvimento de medicamentos, terapias e procedimentos cirúrgicos” tinha como meta 10,4 notícias por ano (IRS-Referência), mas foram produzidas 16 (IRS-Apurado). Essas matérias se relacionam, sobretudo as pesquisas sobre medicamentos e terapias em fase de teste e desenvolvimento. O FR-Referência era 3, e o apurado foi de 4,6.

Tabela 7 - Agenda Governamental e Pública x Agenda do JN sobre subtemas em saúde abordados em 2017

Temas	Subtemas	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)		Índice de Resolução Semântica (IRS)	
		De Referência	Apurado	De Referência	Apurado
Gestão e Estrutura de Atenção à Saúde	Financiamento	5	0,3	17,4	1
	Políticas de Saúde	5	0,3	17,4	1
	Operacionalização de instalações físicas, tecnológicas, equipamentos e equipes dos serviços de saúde	5	2,9	17,4	10
	Outros	4	1,4	13,9	5
Promoção e Prevenção	Determinantes Biológicos	4	2,0	13,9	7
	Determinantes Ambientais, Socioeconômicos e Demográficos	5	0,9	17,4	3
	Determinantes comportamentais	5	2,6	17,4	9
	Imunização, vacinação, exames preventivos, ações de prevenção	5	5,5	17,4	19
	Outros	3	0,0	10,4	0
Tratamento e Reabilitação	Acesso e desenvolvimento de medicamentos, terapias e procedimentos cirúrgicos	3	4,6	10,4	16
	Práticas Integrativas e Complementares	3	0,0	10,4	0
	Cuidados paliativos	2	0,0	7,0	0
	Outros	2	1,1	7,0	4
Ocorrências	Casos e/ou suspeitas de surtos e/ou epidemias ou ocorrências relacionadas	3	8,3	10,4	29
Doenças Negligenciadas	Malária	3	0,3	10,4	1
	Doença de Chagas	2	0,0	7,0	0
	Dengue	3	0,0	10,4	0

	Esquistossomose	2	0,0	7,0	0
	Hanseníase	3	0,0	10,4	0
	Tuberculose	3	0,0	10,4	0
	Leishmaniose	2	0,0	7,0	0
	Outros	1	0,0	3,5	0
Doenças e agravos por grupos populacionais	Saúde LGBTTT	5	0,6	17,4	2
	Saúde população negra e indígena	5	0,6	17,4	2
	Saúde da mulher	5	1,1	17,4	4
	Saúde do homem	4	0,0	13,9	0
	Saúde intrauterina e infantil	5	1,7	17,4	6
	Saúde do jovem e adolescente	5	0,3	17,4	1
	Saúde do idoso	5	1,7	17,4	6
	Outros	5	0,0	17,4	0
Principais causas morte de brasileiros e brasileiras	Cardiovasculares	5	0,6	17,4	2
	Câncer	5	0,9	17,4	3
	Respiratórias crônicas (bronquite)	4	0,0	13,9	0
	Diabetes	4	0,0	13,9	0
	Causas externas (homicídios e acidentes)	5	2,0	17,4	7
	Outros	3	0,0	10,4	0
Doenças Ocupacionais	“Problemas de coluna” - dorsalgia	2	0,0	7,0	0
	Lesões por esforços repetitivo	2	0,0	7,0	0
	Transtornos auditivos	2	0,0	7,0	0
	Depressão/ansiedade – transtornos mentais	5	0,6	17,4	2
	Transtornos nas articulações	2	0,0	7,0	0
	Outros	1	0,3	3,5	1
Somatório		152	40,5	529,2	141
Desejável	Variação máxima de 30% para mais ou menos em relação ao valor de Referência.				
Tende à saturação	Variação maior do que 30% do valor de Referência (até o limite de 3x deste valor).				
Tende à retração	Variação maior do que 30% para menos em relação ao valor de Referência (e acima de 10%).				
Forte saturação	Indica cobertura 3 vezes maior do que o valor de Referência.				
Forte Retração	Menor do que 10% em relação ao valor de Referência ou invisibilidade total (quando zero).				

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 7 aponta que 19 temas, dos 42 monitorados, tendem à invisibilidade na agenda do JN. Os subtemas pertencentes ao grupo dos temas “Doenças Negligenciadas” e “Doenças Ocupacionais” são diagnosticados com forte retração na cobertura. Outros 13 subtemas tendem à retração, o que significa que aparecem na agenda do JN, mas com presença reduzida em relação à relevância que possuem.

Para resumir o resultado final da avaliação da cobertura do JN, será empregado o padrão proposto pela pesquisa, disponível na Tabela 8, que define a qualidade final em função das faixas de desempenho. O padrão definiu referências apenas em relação as faixas de ponta, a desejável por um lado, e as de forte saturação/retração, por outro. Com base nos dados constantes na Tabela 9, a cobertura do JN foi considerada insuficiente, conforme os padrões descritos na Tabela 8.

Tabela 8 – Padrão de desempenho para análise de Qualidade da Cobertura com base no grau de conformidade definido pelos indicadores FRJ e IRS de Referência e FRJ e IRS Apurados

Faixa de desempenho	Desejável	Tende à saturação	Tende à retração	Forte Saturação	Forte retração	Desempenho Final JN
Ótimo	≥ 25%	Livre		≤ 25%		-
Bom	≥ 15%	Livre		≤ 35%		-
Regular	≥ 5 %	Livre		≤ 50%		-
Insuficiente	Qualquer resultado fora dos padrões acima.					X

21

Tabela 9 – Resultados, por faixa de desempenho, do Jornal Nacional

Categoria	Desejável		Tende à saturação		Tende à retração		Forte Saturação		Forte retração	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Tema	0	0	0	0	6	75,0	0	0	2	25,0
Subtema	1	2,4	0	0	16	38,1	2	4,8	23	54,7

No nível desejável, em nenhuma das duas avaliações, tema (0%) e subtema (2,4%), o JN atingiu 25% das metas de notícias estipuladas (Tabela 9). Na avaliação dos temas, nenhuma meta dos oito temas foi alcançada na faixa do desejável; na avaliação dos subtemas, apenas uma meta, que corresponde 2,4%. Assim, sequer o requisito mínimo de 5% de temas e subtemas na faixa do “desejável” para o nível regular de desempenho foi alcançado nas duas categorias (Tabela 9).

Já os níveis de “forte saturação/retração” atingiram 25% e 59,5% para tema e subtema, respectivamente (Tabela 9). Para a categoria tema, esteve no limite máximo

(25%) da faixa de desempenho ótimo. Como, entretanto, não atingiu o mínimo de 25% também para a faixa “desejável”, não alcançou a faixa de melhor desempenho. Para a categoria subtema, extrapolou o teto de 50% para as faixas “forte saturação/retração”. Assim, em nenhuma das avaliações, temas e subtemas, o JN atingiu as faixas percentuais requeridas para Ótimo, Bom ou Regular, enquadrando-se conseqüentemente na faixa “Insuficiente” (Tabela 8).

A cobertura do Jornal Nacional sobre o tema saúde foi insuficiente porque não deu conta adequadamente dos temas e subtemas na proporção de sua relevância, conforme apontado pelas agendas monitoradas. Ignorou inúmeras temáticas cuja relevância foi atestada por ambas as agendas de referência como relevantes. Obviamente, como se destacou desde o início, essa avaliação é experimental, e não representa um juízo definitivo. Entretanto, oferece pistas a serem analisadas tanto relativas ao aperfeiçoamento dos processos de avaliação de qualidade do requisito relevância quanto para a necessidade de haver instrumentos de gestão editorial aptos a oferecer referências para os processos de tomada de decisão e produção editorial. Essas pistas podem levar ao atendimento da crescente demanda de prestação de contas por parte da atividade jornalística pela sociedade.

Conclusão

O objetivo do artigo foi apresentar uma proposta de avaliação de qualidade experimental do requisito relevância, em processo de desenvolvimento. Dois aspectos da metodologia se mostram promissores: o planejamento editorial que constitui a sua base e o desenho metodológico em si, através do comparativo entre os indicadores, que permitiu a produção do diagnóstico apresentado. Três aspectos, por sua vez, se apresentam como desafios a serem enfrentados em etapas vindouras de seu desenvolvimento: a adaptação mais efetiva da metodologia às especificidades e ao contexto da produção jornalística real; o aperfeiçoamento das metodologias para obtenção dos fatores de relevância das agendas monitoradas; e a necessária formação de equipes multidisciplinares para lidar com todas as ações requeridas para a plena implementação da metodologia.

A Matriz de Relevância é um instrumento de gestão editorial. Uma vez montada, é um mapa de orientação para o trabalho. Claro, não pode ser uma estrutura estática, deve ser atualizada periodicamente e inevitavelmente confrontada com a dinâmica dos fatos

produzidos socialmente. É uma referência, sem rigidez que impeça a equipe jornalística de promover uma cobertura adaptável às circunstâncias do presente. Apesar disso, como instrumento de gestão, deve permitir o monitoramento de seus próprios resultados, a fim de perceber o que tem sido coberto e o que não, além de oferecer uma base objetiva a partir da qual justificar escolhas editoriais, um recurso de accountability muito útil em tempos de crise de credibilidade editorial.

A matriz proporciona uma forte conexão entre o planejamento editorial e o processo de avaliação. O desenho metodológico da avaliação proposta, com o Fator de Relevância Jornalística (FRJ), o Índice de Resolução Semântica (IRS) e o Indicador de Produtividade (IProd), com suas modalidades de Referência e Apurada, permitiu um diagnóstico claro. A avaliação de qualidade demonstrou a ênfase que o telejornal deu a determinados temas, ao passo que muitos outros foram esquecidos de sua agenda. Em decorrência da conexão entre planejamento e avaliação, os resultados desta oferecem munição para aquele redirecionar a pauta do veículo, a fim de atingir as metas de qualidade definidas.

Apesar disso, a metodologia proposta requer maior adequação às especificidades do jornalismo e ao contexto da produção jornalística real. No primeiro caso, as unidades noticiosas embora sejam um indicador de fácil mensuração, não são precisas o bastante. O tamanho ou o tempo de uma notícia pode variar bastante de uma para outra. Além disso, as temáticas podem variar dentro de uma mesma notícia, o que exige refinar a percepção dos temas no conteúdo jornalístico.

No âmbito da produção real, o fundamental é o ajuste dos padrões de qualidade, que envolvem o nível de tolerância e divergência entre os valores de referência e os apurados. Há aspectos imponderáveis na dinâmica da produção jornalística que não se ajustam a planejamentos rígidos de metas, e precisam ser considerados. Isso não significa abandonar o esforço incipiente de planejamento editorial para permitir a avaliação de desempenho jornalístico. Até porque, registre-se, os estudos do newsmaking demonstram claramente como a lógica organizacional é movida para a produtividade, resultado óbvio de um planejamento editorial muitas vezes imperceptível ou ignorado pelos próprios jornalistas (ALTHEIDE, 1976; GANS, 1979).

Um dos maiores desafios da metodologia proposta é a extração dos fatores de relevância das agendas monitoradas. No âmbito da Agenda Política, já se observou no próprio texto, outros indicadores poderiam ter sido usados para além da previsão

orçamentária de cada tema e subtema, como o número de pessoas atendidas pelas políticas públicas. No âmbito da Agenda Pública, pela sua diversidade, o desafio é ainda maior. Uma metodologia capaz de identificar atores chave, capazes de oferecer uma percepção de relevância que sinalize temas mais ou menos consensuais, e em que medida. E o contrário, temas sobre os quais não se têm consenso algum. Tal ferramenta, ainda que imperfeita, sobretudo pela fluidez com que a percepção de relevância desses atores pode se alterar no tempo, é imprescindível para que o jornalismo ofereça coberturas lastreadas em demandas prospectadas por métodos mais sofisticados e representativos dos que os atualmente empregados. Outras agendas não exploradas nessa pesquisa, como a da audiência do veículo e a agenda midiática, formada pelo conjunto dos veículos, tornam a definição dos fatores de relevância um dos maiores desafios para a consolidação dessa metodologia.

Como a metodologia é baseada na pesquisa de temas e subtemas de áreas especializadas, aqui exemplificada pela área de saúde, e de sondagens junto a agendas de referência, a participação de grupos multidisciplinares é fundamental. A competência jornalística estrita é insuficiente para dar conta desse desafio. Tanto equipes especializadas nas temáticas objeto da cobertura quanto equipes especializadas em metodologias de sondagem de opinião e de construção de cenários precisam ser envolvidas no esforço metodológico aqui proposto.

Referências

ALTHEIDE, David. **Creating reality**. Beverly Hills: Sage, 1976. 221 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9000:2015. **Sistemas de Gestão da Qualidade** – Fundamentos e vocabulário. São Paulo/SP: ABNT, 2015.

BRANDI, Daniel Pereira. **Agenda do meio ambiente no Jornal Nacional: avaliação da qualidade da relevância temática**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Sergipe, 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2016-2019**. 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde – PNS: 2016-2019**. Brasília, 2016a. Disponível em:

http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1048/planonacionalsaude_2016_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programação Anual de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016b. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/articulacao-de-instrumentos-da-gestao-interfederativa/programacao-anual-de-saude>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CARVALHO, Marly M. de, PALADINI, Edson P. (Org.). **Gestão da qualidade: teoria e casos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 355 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 411p.

Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Retratos da sociedade brasileira: problemas e prioridades do Brasil para 2018: janeiro 2018**. Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 2018. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/d8/80/d8809d69-ae2c-47f2-8a4b-30cde9d92b11/retratosdasociedadebrasileira_41_problemaseprioridadespara2018_v1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2018.

COUTINHO, Iluska. **Programa e público brasileiros: a trajetória do Jornal Nacional nas vozes de seus personagens**. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, Anais eletrônico... Niterói, RJ, 2008.

EPSTEIN, Isaac. Comunicação de massa para saúde: esboço de uma agenda midiática. **Revista latinoamericana de Ciências de La comunicación**, São Paulo, n. 8-9, p. 132-142, Enero/Diciembre, 2011. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/download/63/61>. Acesso em: 30 set. 2018.

FEITOZA, Liliane do Nascimento Santos. **Relevância jornalística: análise e teste de ferramenta para fins de avaliação de qualidade e accountability**. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2016.

FENGLER, Susanne, EBERWEIN, Tobias, MAZZOLENI, Gianpietro, PORLEZZA, Colin, RUSS-MOHL, Stephan. (org.). **Journalists and Media Accountability: An International Study of News People in the Digital Age**. New York: Peter Lang, 2014.

FIDALGO, António. "Síntaxe e Semântica das Notícias Online: Para um Jornalismo Assente em Base de Dados". In.: LEMOS, André et al. **Mídia.br**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004. (p. 180-192). Versão do artigo disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/fidalgo-jornalismo-base-dados.html>

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. 273 p.

GANS, H. J. **Deciding what's news**. New York: Vintage Books, 1979. 393 p.

GENTILLI, Víctor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre, Editora da PUC-RS, 2005.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 290 p.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Guia da Agenda Jornalística (GAJ) na perspectiva de uma proposta de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ)**. Brazilian Journalism Research, Brasília, v. 12, n. 3, 2016a.

GUERRA, Josenildo Luiz. "Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo: possibilidades e diretrizes". *In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.13, n.3, p. set./dez. 2010b.

GUERRA, Josenildo Luiz. (2020). Ranking Q-Avalia da qualidade jornalística Brasil-Portugal 2018: Uma avaliação experimental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 17, nº 1 Janeiro a Junho, p. 54-74, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. 177 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil - 2017: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101628.pdf> Acesso em 15/02/2019

KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom. **The Elements of Journalism**. What Newspeople should Know and the Public Should Expect. Crown Publishers: News York, 2001. 205 p.

LAURENTI, Ruy; DE MELLO JORGE, Maria Helena Prado; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. As condições de saúde no Brasil. **Revista USP**, n. 51, p. 44-57, 2001.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; BARRETO, Sandhi Maria; GIATTI, Luana. **Condições de saúde, capacidade funcional, uso de serviços de saúde e gastos com medicamentos da população idosa brasileira: um estudo descritivo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Cadernos de Saúde Pública, v. 19, 2003. p. 735-743.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 237 p.

MCQUAIL, Denis. **Journalism and Society**. Sage: London, 2013. 244 p.

MENDES, Eugênio Vilaça. Entrevista: A abordagem das condições crônicas pelo Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 431-436, 2018.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. Tradução de Patrícia De Cia. São Paulo: Contexto, 2007. 263 p.

MEMÓRIA GLOBO. Jornal Nacional: Primeiro telejornal do Brasil a ser transmitido em rede, o JN conquistou a preferência do público e se firmou como um dos mais respeitáveis do país. 2020. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/> Acesso em: 25 de maio de 2020.

PAULINO, Fernando Oliveira. **Responsabilidade Social da Mídia:** Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha. Brasília: Casa das Musas, 2009. 263 p.

ROTHBERG, Danilo, GARRIDO, Bibiana A. Jornalismo, gestão da qualidade e regulação: estudo comparado de 42 corporações de mídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 16, nº 2 Julho a Dezembro, p. 85-97, 2019.

SILVA, Maria Sol. **Agenda jornalística de saúde no Jornal Nacional:** Avaliação de qualidade e proposta de gestão editorial com base no critério de relevância. 2019. 196 f Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2019.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 2. ed. Tradução: Maria Teresa Corrêa de Oliveira e Fábio Alher. Revisão Técnica: Henrique Luiz Corrêa. São Paulo: Atlas, 2007. 747 p.

SPERBER, Dan, WILSON, Deirdre. **Relevance:** communication and cognition. 2 ed. Blackwell, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. 220 p.